



*Cristovam, Maninha e Arlete:
eleição no lançamento de cartão*

Saúde misturada com política

O lançamento do cartão SUS (Sistema Único de Saúde), no Hospital Regional da Asa Norte, transformou-se em um ato político. O governador Cristovam Buarque rasgou-se em elogios para a secretária de Saúde, Maria José Maninha. Ela está deixando o cargo para assumir uma cadeira da Câmara Legislativa e concorrer à reeleição. "Espero que você seja reeleita; aliás, muito bem reeleita", disse Cristovam para Maninha.

A Secretaria de Saúde fez a entrega simbólica dos 50 primeiros cartões do SUS para moradores da Asa Norte — primeira regional a ser informatizada. O governador foi o primeiro ilustre morador a receber o cartão das mãos da secretária de saúde. Em seguida, vieram a primeira-dama, Gladys Buarque, a vice-governadora, Arlete Sampaio, e a própria Maninha também ganhou um.

"É num momento como esse que dá prazer em ocupar o cargo de governador", disse Cristovam. O governador destacou que pela primeira é dado a devida importância à saúde. "O Brasil dá um salto ao pôr a informática à disposição da saúde. E o Distrito Federal sai na frente", comemorou o petista.

Na saída, o governador evitou falar sobre a mudança no seu secretariado. E preferiu manter em segredo, o nome que ocupará a pasta da saúde no lugar da Maninha. "Não vamos falar de política agora. A saúde é mais importante", disse. O petista também não quis comentar a pesquisa divulgada pelo **Correio** no domingo passado. "Nunca comentei pesquisa. Por que faria isso agora?", questionou.

PILOTO

O Distrito Federal é o estado piloto do cartão SUS. Campinas (SP) e Niterói (RJ) serão os próximos municípios beneficiados pelo programa que ainda não tem previsão para estar funcionando em todo o país. Até lá, servirá apenas como identificação dos pacientes. "Depende dos recursos que serão investidos e da infra-estrutura dos centros de saúde", disse o representante do Ministério da Saúde, Marcos Pinciara.

Com o novo sistema, os municípios poderão controlar o uso da verba gasta com a saúde. Será possível implantar a chamada de câmara de compensação. Hoje, quando um paciente de outro estado é atendido em Brasília, por exemplo, o dinheiro repassado pelo Ministério da Saúde vai para o estado de origem do paciente e não para o município que o atendeu. Com o cartão isso muda. O dinheiro irá para a unidade da federação que atendeu.

A secretária Maninha disse que dos R\$ 7,5 milhões gastos com saúde no DF, R\$ 1,2 milhões é com pacientes vindos de outros estados como Goiás, Minas e Bahia. "Queremos uma distribuição de financiamento mais justa. Se o teto populacional fosse respeitado, o dinheiro do Ministério da Saúde seria suficiente", comentou Maninha.

CORREIO BRASILIENSE